


MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO PESSOA-AMBIENTE APLICÁVEIS À PREVENÇÃO CRIMINAL: VANTAGENS, LIMITAÇÕES E APLICAÇÕES PRÁTICAS

 Isângelo Senna

Polícia Militar do Distrito Federal,
Brasília/DF, Brasil. E-mail:
isangelosenna@gmail.com

 Leandro Antunes

Polícia Militar do Distrito Federal,
Brasília/DF, Brasil. E-mail:
emaildoleandroantunes@gmail.com

 Fábio Iglesias

Universidade de Brasília,
Brasília/DF, Brasil. E-mail:
iglesias@unb.br

RESUMO: O protagonismo de variáveis do ambiente na dinâmica da criminalidade tem sido cada vez mais evidenciado nas revisões de área. Modelos como a Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED) apontam como essas variáveis podem ser manipuladas para reduzir as oportunidades de crimes e o medo do crime na população. Todavia, ainda não parece haver revisões metodológicas no Brasil para a prevenção criminal nessa perspectiva. Este trabalho apresenta uma revisão de ferramentas de pesquisa pessoa-ambiente úteis aos operadores de segurança pública e a outros atores relevantes que se utilizam de intervenções nos espaços físicos com vistas à prevenção criminal. Em destaque, estão a observação sistemática, a entrevista, a caminhada pelo local, o questionário e a análise de vestígios, os quais foram examinados em suas vantagens e desvantagens. Por fim, discute-se como esses métodos podem ser aplicados nas ações de planejamento dos segmentos de segurança pública e correlatos.

Palavras-chave: CPTED. Psicologia Ambiental. Criminologia Ambiental. Polícia Comunitária. Ciências Policiais

RESEARCH METHODS FOR PEOPLE AND ENVIRONMENT STUDIES APPLICABLE IN CRIME PREVENTION

ABSTRACT: The role of environmental features in the dynamics of crime has been increasingly evidenced over the literature review. Models such as Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED) point out how these variables can be manipulated to reduce crime opportunities and fear of crime. Particularly in Brazil, there is a lack of crime prevention reviews on this perspective. Therefore, this paper presents a review of people-environment research tools useful to public security agents and other relevant actors who use interventions in physical spaces in order to prevent crime. Highlights include the systematic observation, the interview, the walk around the site, the questionnaire and the analysis of traces, which were examined in terms of their advantages and disadvantages. Finally, how these methods can be applied in planning actions in public security and related segments are discussed.

Keywords: CPTED. Environmental Psychology. Environmental Criminology. Community Policing. Police Sciences.

Introdução

Para que o crime ocorra, é preciso haver o encontro de três variáveis no tempo e no espaço: um agente motivado a cometer o delito (i.e. ofensor); um alvo disponível (i.e. vítima ou bem da vida) e um ambiente propício ao crime, no mundo físico ou virtual (i.e. lugar) (BRANTINGHAM; BRANTINGHAM, 1993; CLARKE; FELSON, 1993; COHEN; FELSON, 1979). O presente estudo dirige seu foco ao terceiro vértice desse triângulo, mormente considerando as oportunidades para ações de criminosos criadas a partir das características do ambiente físico. Em que pese a importância sumária do ambiente, cada vez mais evidenciada na criminologia, não se identificam no Brasil quaisquer publicações metodológicas que possam subsidiar a pesquisa empírica e aplicada nas áreas envolvidas.

O objetivo deste trabalho é realizar uma revisão metodológica de ferramentas de pesquisa pessoa-ambiente úteis aos operadores de segurança pública e a outros atores relevantes que se utilizam de intervenções no espaço físico com vistas à prevenção do crime e do medo do crime. Examinam-se métodos que possam ser aplicados para determinar como a configuração de espaços públicos e privados específicos age como fator preponderante para o afastamento ou para a atração de comportamentos antissociais e de atividades criminosas.

O Lugar do Lugar na Criminalidade

Quando um crime ocorre em ambientes públicos e a Polícia Militar é questionada pela mídia quanto às medidas que serão adotadas para que algo semelhante não volte a ocorrer, a resposta institucional típica é "*vamos intensificar o patrulhamento no local*". Entretanto, essa linha de ação contempla apenas um dos vértices do triângulo do crime: a dissuasão do intento do agressor ou sua eventual prisão, por meio da vigilância formal (i.e. policiamento ostensivo). Tome-se por exemplo prático o furto de itens no interior de veículos estacionados em espaços de amplo uso público. Trata-se de um tipo de delito que vem aumentando com a retomada das atividades culturais e comerciais após o auge da pandemia da COVID-19 (POLÍCIA CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL, 2021).

O furto em veículos constitui um crime tipicamente de oportunidade (CLARKE, 2012). Tal modalidade criminal poderia ser então simplesmente prevenida com a presença ostensiva do policiamento. Entretanto, sabe-se que a presença da Polícia Militar em todos os espaços públicos e ao mesmo tempo é algo impossível, mesmo que haja uma maior disponibilidade de recursos humanos e materiais. Por isso outras medidas podem e devem ser adotadas para a prevenção de crimes dessa natureza, configurando inclusive maiores chances de eficácia e menores custos.

A melhor resposta para pontos com altos índices de furto em veículos seria a intensificação da presença ostensiva da Polícia Militar aliada a ações de inteligência. Entretanto, muitas vezes os locais apresentam violações dos princípios da Prevenção Criminal pelo Design Ambiental (CPTED) (ARMITAGE; MONCHUK, 2019). Por conseguinte, além das medidas usuais, é preciso adotar ações com vistas ao incentivo de comportamentos seguros por parte das vítimas potenciais. Nesses casos, o poder público e a comunidade também precisam ser instados a tomar parte, sobretudo quando tais medidas envolvem a realização de melhorias no ambiente.

Locais ermos, mal iluminados e com vegetação densa promovem uma baixa vigilância natural e geram medo do crime, algo evidenciado, por exemplo, em parques públicos (CECCATO, 2020; JORGENSEN *et al.*, 2013; PIZA *et al.*, 2019; SENNA; VASCONCELOS; IGLESIAS, 2021).

A falta de vigilância natural é, por definição, a impossibilidade de as pessoas poderem ver e ser vistas. Ao diminuir o risco de os criminosos serem pegos em flagrante, ou mesmo de serem identificados a posteriori, locais com essas características terminam por atrair mais crimes, desordens públicas e sociais. Por isso, as medidas de prevenção criminal não podem prescindir de ações voltadas para a mitigação de problemas nos espaços que podem gerar riscos para a segurança das pessoas e de seus bens.

Visa-se neste trabalho subsidiar justamente as instituições, agências e organizações (IOAs) públicas e privadas, envolvidas na segurança pública, com um exame crítico das ferramentas para identificar os elementos do ambiente que criam oportunidades criminosas. Isso é essencial para a realização de diagnósticos acurados e para a elaboração de planos de intervenções que reduzam a incidência de delitos e o medo do crime. Entre essas agências estão, de maneira mais evidente, as polícias militares.

Faz-se mister esclarecer que não constitui competência precípua das polícias militares implementar ações como a poda de árvores ou a melhoria do calçamento em um determinado bairro (vide exemplo da PMMG, no inciso 1º, do artigo 142 da Constituição do Estado de Minas Gerais). Inobstante, em razão de sua capilaridade territorial, essas corporações estão entre as instituições do Estado com melhores condições de realizar diagnósticos de situações socioambientais que geram oportunidades para o crime. Isso, mormente considerando crimes de oportunidade como furtos, roubos e violações sexuais. Com um diagnóstico preciso, cada instituição policial militar pode adotar as medidas necessárias dentro de seu escopo de atuação e, ao mesmo tempo, mobilizar a comunidade e outras IOAs para que façam o mesmo.

Métodos de Investigação Pessoa-Ambiente

Na definição de Günther, Elali e Pinheiro (2008), por métodos de investigação pessoa-ambiente entendem-se aqueles, utilizados principalmente no âmbito das pesquisas em Psicologia Ambiental, que permitem a compreensão de como as pessoas influenciam os ambientes e têm seus comportamentos por eles influenciados. Por sua vez, Gifford (2014) define Psicologia Ambiental como a área que estuda as relações recíprocas pessoa-ambiente. Isso torna o marco teórico-conceitual dos estudos pessoa-ambiente um elemento estratégico e indispensável:

Também fazem parte do escopo teórico deste trabalho as contribuições da Criminologia Ambiental, tal qual a Teoria do Padrão Criminal (BRANTINGHAM; BRANTINGHAM, 1993), a Teoria das Atividades de Rotina (COHEN; FELSON, 1979) e a Prevenção Criminal pelo Design Ambiental (CPTED) (ARMITAGE; MONCHUK, 2019). Para essas abordagens, o crime não acontece de forma aleatória. Pelo contrário, a dinâmica criminal obedece a padrões específicos que surgem da convergência de criminosos e vítimas no tempo e no espaço. Assim, no dia a dia das grandes cidades, o encontro entre criminosos motivados e potenciais vítimas é inevitável. Diante disso, a identificação de fatores no ambiente que potencializam a incidência de crimes se torna primordial.

Uma característica distintiva desse tipo de abordagem é a capacidade para combinar métodos e técnicas de pesquisa, conciliando níveis de análise diferentes que lidem com o mesmo problema. Para os estudos dos ambientes, por um lado, têm-se métodos como a arqueologia do comportamento humano, o uso de mapas comportamentais e a realização de entrevistas com usuários dos espaços a serem pesquisados (GUNTHER; ELALI; PINHEIRO, 2008). De outro lado, as análises criminais de base estatística buscam identificar os padrões e as tendências da dinâmica do crime em espaços específicos. Ainda, têm-se a análise dos resultados obtidos com a investigação em seu caráter aplicado com vistas à prevenção do crime e à redução do medo do crime.

Em suma, o emprego de métodos de investigação pessoa-ambiente é essencial para a compreensão de como os espaços construídos ou naturais podem gerar ou mitigar as oportunidades para a ação de criminosos. Trata-se do encontro definitivo entre os estudos pessoa-ambiente e a Criminologia Ambiental com vistas à prevenção criminal e à redução do medo do crime nas pessoas, interface ainda escassamente explorada no Brasil e ainda menos quanto à sua metodologia.

Uma busca na literatura (MACHI; MCEVOY, 2021) confere evidências claras à essa

constatação, o que foi operacionalizado aqui via Google Acadêmico¹, Scielo², Spell³ e Pepsic⁴, com recorte de janeiro de 2011 a novembro de 2021. Para fins de indexação, com o emprego de operadores booleanos, os termos “pesquisa(s) pessoa-ambiente” e “estudo(s) pessoa-ambiente” foram buscados em títulos, palavras-chave e resumos de trabalhos nacionais. Foram identificados primeiramente 50 trabalhos que atenderam aos critérios da pesquisa. Vinte e nove desses trabalhos foram publicados em periódicos científicos e os demais são teses e dissertações, com exceção de um trabalho de conclusão de curso de graduação. Os estudos empíricos que envolveram métodos e recursos de pesquisa pessoa-ambiente são numerosos ($n = 36$), mas nenhum deles se dedicou aos problemas metodológicos desenvolvidos no presente trabalho.

A revisão dos métodos aqui utilizados segue a mesma classificação adotada por Günther, Elali e Pinheiro (2008). Esses autores partiram do que chamaram de métodos centrados nas pessoas (e.g., questionários e observação) em direção aos métodos centrados no ambiente (e.g., caminhadas pelo local, análise de vestígios e mapeamento comportamental). No entanto, são considerados também outros recursos metodológicos adicionais, que podem ser utilizados em complemento aos tipicamente descritos.

Entrevistas e Entrevistas-Caminhadas

A entrevista figura como o método mais usualmente empregado em pesquisas qualitativas (BRINKMANN; KVALE, 2015; MERRIAM; TISDELL, 2015). A entrevista estruturada ou semiestruturada é utilizada para obtenção de informações que permitem ao investigador compreender questões subjetivas do indivíduo por meio de seus depoimentos. Em suma, a entrevista permite que seja perguntado às próprias pessoas sobre os seus pensamentos, ações e sentimentos (GUNTHER, 2003). Por meio da entrevista é possível conhecer, por exemplo, o modo como o participante observa e vivencia sua história, seu momento e seu entorno socioespacial (BATISTA; MATOS; NASCIMENTO, 2017).

As entrevistas permitem ainda um melhor conhecimento da pessoa e de suas relações com o ambiente nos contextos estudados (MORAIS *et al.*, 2011), o que nem sempre é compatível com os dados reais do ambiente. Podem ser realizadas com indivíduos ou grupos de pessoas, obedecendo a um

¹ Link de internet: <https://scholar.google.com>

² Link de internet: www.scielo.org

³ Link de internet: www.spell.org.br

⁴ Link de internet: <http://pepsic.bvsalud.org>

roteiro com tópicos previamente selecionados pelo entrevistador ou mesmo com respostas abertas. Por exemplo, em praças de uso misto (i.e., comercial e residencial), moradores, porteiros e comerciantes são fontes preciosas de dados. Essas são as melhores pessoas para a obtenção de informações que vão ajudar a decifrar a dinâmica de uso daqueles ambientes.

Uma espécie de entrevista bastante apropriada para a análise de espaços com fins de prevenção criminal é aquela realizada enquanto se caminha lado a lado (no sentido literal) com os usuários dos espaços. A literatura denomina esse método de entrevista-caminhada (i.e. *walking-along interview*) (EVANS; JONES, 2011; SILVA *et al.*, 2017). Por meio dessa alternativa metodológica é possível ouvir dos integrantes da comunidade quais são os problemas existentes no ambiente que podem gerar oportunidades para o crime ou inibir o seu uso legítimo em razão do medo do crime. As entrevistas-caminhadas vêm ganhando cada vez mais espaço em pesquisas em Psicologia Ambiental que investigam o medo do crime, a exemplo dos estudos de Silva (2019). Para além do contexto acadêmico, também vem sendo utilizadas em programas de prevenção criminal sob o título de caminhada exploratória de segurança cidadã (PETRY, 2013).

Obviamente a entrevista e a entrevista-caminhada podem sofrer das mesmas limitações que se observam em qualquer tipo de objeto de estudo. Frequentemente os relatos são imbuídos de desejabilidade social (e.g., o entrevistado relata o que acha que será melhor recebido), de vieses (e.g., um barulho atípico no momento da entrevista pode gerar avaliação mais negativa) e de ameaças à representatividade (e.g., não se pode garantir que o entrevistado realmente utiliza o local diariamente, nem que o local é o mais relevante em sua rotina). Publicações de referência, como o *Handbook of Interview Research* (GUBRIUM *et al.*, 2012), mostram que a coleta e a análise dados com base em entrevistas envolve múltiplas questões éticas e interacionais, além é claro daquelas que são inevitavelmente logísticas.

Questionários

O questionário é o principal instrumento utilizado para o levantamento de dados por amostragem em razão de permitir a realização de generalizações a partir de amostras e de prognósticos, além de possibilitar respostas anônimas e, por consequência, mais sinceras (MARSHALL, 2005). Se na entrevista, em regra, são utilizadas perguntas que permitem respostas abertas, no questionário o participante tipicamente seleciona respostas em meio a um conjunto de itens mais padronizados. É justamente essa característica que permite que o questionário gere dados quantitativos em larga escala, que podem ser analisados por meio de softwares com pacotes estatísticos, como *Statistical Package for the Social Sciences - SPSS* da IBM e o *R Project for Statistical Computing*, este de acesso livre.

Em segurança pública, o questionário é bastante útil para a realização de pesquisas de vitimização, que podem ajudar a suplantar as distorções causadas pela subnotificação dos registros criminais (SILVA; BEATO FILHO, 2013). Os questionários também são úteis para a prevenção situacional do crime, que exige lentes que permitam examinar os fenômenos relacionados à tríade desordem-medo-crime no aspecto proximal no tempo e no espaço.

Um exemplo de pesquisa com a utilização de questionário foi a que mediu os fatores situacionais com impacto no medo do crime em Málaga, na Espanha (MILLER, 2008). Além da resposta aos itens típicos de medo do crime, essa pesquisa levou em conta fatores como horário do dia, fluxo de pessoas e o tipo do local avaliado (e.g. comercial, não comercial etc.). Abordagens com essas características permitem a geração de escores de medo crime em recortes territoriais específicos, como praças, estacionamentos e entornos de centros comerciais. Por se tratar de um indicador, essa escala pode ser utilizada tanto na fase de diagnóstico quanto na fase de avaliação pós-intervenção.

Observação

A observação é um dos métodos mais usados para a compreensão do comportamento humano no contexto dos estudos das ciências sociais empíricas (GUNTHER, 2003). Por meio dela é possível conhecer os comportamentos que ocorrem naturalmente nos ambientes reais. “Isso por vezes pode acontecer antes do contato direto com os usuários, possibilitando uma compreensão geral antecipada da ocupação, e o surgimento de indagações a serem posteriormente investigadas por outros métodos/técnicas” (ELALI, 2006, p. 158).

Saliente-se que a observação empregada para a análise do comportamento em estudos científicos, diferentemente da observação leiga do cotidiano, deve ser realizada de forma sistematizada, com uma finalidade previamente estabelecida e objetivos bem definidos (CANO; SAMPAIO, 2007). Essa mesma premissa vale para os estudos da relação pessoa-ambiente para fins de prevenção criminal. Tomando-se por exemplo o caso das avaliações dos espaços físicos sob o enfoque da CPTED, o investigador pode observar como estratégias, tal qual a vigilância natural, se apresentam no espaço. Isso pode ser alcançado por meio da observação de itens como luminárias e tipos de cercamento utilizados por residentes (e.g., muros, cercas vivas e grades).

Do ponto de vista do comportamento humano, o investigador pode observar quais espaços no ambiente são efetivamente utilizados pelas pessoas, de forma legítima ou não, para efetuar o devido registro de seus achados. Essa postura se aproxima da técnica OMD (observar, memorizar e descrever)

empregada nas atividades de inteligência (FERRO, 2021). Também é importante destacar que o avaliador deve realizar a observação do ambiente não apenas no eixo horizontal (360°), do que está a sua frente, a sua retaguarda e aos seus lados. Uma observação 720°, ou seja, em ambos os eixos de visão horizontal e vertical, é muito importante para que sejam identificados vestígios comportamentais no solo e eventuais obstáculos para a vigilância natural, como luminárias danificadas e copas de árvores.

Caminhada pelo Local

Do inglês *walk-around-the-block* e/ou *walk-through*, a caminhada pelo local possibilita o contato inicial com o ambiente a ser estudado, principalmente na companhia de pessoas relevantes para a investigação, a exemplo do que foi descrito nas entrevistas-caminhadas (GUNTHER; ELALI; PINHEIRO, 2008). Nesses termos, a caminhada pelo local, mais do que um método em si mesmo, também constituiu um recurso que pode ser empregado em apoio a outros métodos. A caminhada pelo local pode ser realizada em complemento à observação naturalística dos comportamentos das pessoas no ambiente e ao levantamento das características físicas dos equipamentos e mobiliários presentes no espaço avaliado.

Com o avanço da tecnologia, o primeiro contato com o local não necessariamente precisa ser presencial. Ferramentas gratuitas como o *Google Street View* possibilitam caminhadas virtuais pelo local pesquisado para coletas iniciais de dados, que podem orientar o planejamento das próximas etapas da investigação. Uma pesquisa realizada em Chicago, nos Estados Unidos, demonstrou que muitas características das vizinhanças estudadas puderam ser avaliadas por meio do *Google Street View* com a mesma precisão que a observação *in loco* (CLARKE *et al.*, 2010).

Análise de Vestígios

Também conhecida como arqueologia do comportamento humano, a análise de vestígios constitui um método bastante utilizado por antropólogos e que se popularizou nos estudos em Psicologia Ambiental. “Por meio desse método, objetos materiais, independente do tempo e do espaço, são estudados para descrever ou explicar o comportamento humano” (REID; SCHIFFER; RATHJE, 1975, p. 864). Têm ainda uma função destacada por serem não-reativas, ou seja, evitam os vieses de desejabilidade social, de falta de memória ou mesmo de erros que tipicamente ocorrem quando os participantes são abordados pelos pesquisadores.

Nas pesquisas pessoa-ambiente a análise de vestígios constitui um tipo de observação

indireta. Ou seja, é possível descrever as ações e inações das pessoas que interagem com o ambiente mesmo que no momento da coleta de dados essas pessoas não estejam no local (ELALI, 2006). Isso inclui notadamente a presença de pichações e de sujeira. Esses itens denunciam a omissão por parte daqueles que deveriam cuidar do espaço. De interesse imediato da prevenção criminal, nessa categoria podem ser incluídos vestígios de comportamentos criminosos e antissociais como uso de drogas e prostituição em via pública (e.g., bitucas de cigarro de maconha, seringas e preservativos). Por outro lado, a presença de ornamentos e outros sinais de apropriação expressam territorialidade e identificação com o lugar por parte de seus usuários legítimos (TAYLOR, 2003). Marcas realizadas por crianças no momento de suas brincadeiras apontam na mesma direção.

Mapeamento comportamental

Os mapas ou diagramas são representações gráficas dos ambientes e dos comportamentos que neles são realizados a partir de observações sistemáticas (ELALI, 2006). Portanto, trata-se de um método misto que pode ser centrado na pessoa ou no ambiente, a depender do que expressa como fruto de observações não invasivas dos utilizadores do espaço (DARÉ, 2020).

A contenção do surto de cólera em Londres no Século XIX constitui um caso clássico de emprego de diagramas ambientais. O médico sanitarista John Snow, por meio da sobreposição de mapas, percebeu que as mortes por cólera estavam concentradas em pontos específicos da cidade em torno de bombas d'água contaminadas. A simples interdição dessas bombas fez cessar o surto (BARCELLOS; BUZAI; HANDSCHUMACHER, 2018; WEISBURD; MCEWEN, 2015).

O paradigma da saúde pública se aplica perfeitamente à prevenção criminal (BRANTINGHAM; FAUST, 1976). Por conseguinte, o uso de diagramas e mapas comportamentais pode ser útil para análises de ambientes com vistas à prevenção de crimes e outros comportamentos antissociais tanto quanto foi para o enfrentamento da cólera em Londres. Isso porque ambientes que à primeira vista expressam unicidade, depois da observação e elaboração de diagramas, podem revelar a existência de micro espaços em seu interior que se distinguem radicalmente entre si quanto à incidência de comportamentos criminosos.

Fotografia

A fotografia expressa uma linguagem não verbal, constituindo um recurso rico de possibilidades metodológicas (RIBEIRO; MILANI, 2009), cada vez mais acessível em função do uso

disseminado de câmeras em smartphones e outros recursos tecnológicos. Em procedimentos de pesquisa centrados no ambiente, a fotografia serve como registro das observações do investigador *in loco* e de ferramenta de apoio para a comunicação dessas observações a terceiros. Por sua vez, quando a atenção da pesquisa está centrada nas informações a serem obtidas por meio das pessoas, a fotografia pode servir de estímulo para respostas a inquirições realizadas através de entrevistas e questionários.

A título de exemplo, Taylor e col. (1984) utilizaram fotografias para avaliar a apresentação das variáveis territorialidade (GIBSON; JOHNSON, 2016) e espaços defensáveis (NEWMAN, 1972). Já MacDonald e Gifford (1989) apresentaram fotografias a condenados por crimes de furto em residência, para aferir se eventuais elementos de territorialidade seriam suficientes para desencorajar a ação de criminosos. Por sua vez, Jorgensen e col. (2013) usaram o método para medir o medo do crime em um parque público. Esses exemplos mostram que as fotografias podem ser bastante úteis para realização de análises de ambientes com vistas à mitigação do crime e do medo do crime, ao mesmo tempo que servem de recurso metodológico para pesquisas que geram insumos com essa finalidade.

Georreferenciamento

O georreferenciamento é um recurso que permite que informações textuais descritivas de uma localidade possam ser traduzidas em representações gráficas. O georreferenciamento permite o estabelecimento de relações entre dados de um contexto específico e um posicionamento geográfico, tornando a visualização e a busca por informações de interesse mais rápida e simplificada (CAMARGOS; OLIVER, 2020).

Holanda e col. (2019), por exemplo, propõem a utilização de um aplicativo que, por meio da participação popular, venha possibilitar o mapeamento colaborativo de desordens urbanas com a apresentação desses dados de forma georreferenciada. A iniciativa visa contribuir com a formulação de políticas públicas. Isso encontra-se em linha com a literatura, pois são abundantes as evidências empíricas que relacionam desordens ao crime e ao medo do crime (FOSTER; GILES-CORTI; KNUIMAN, 2010; WILSON; KELLING, 1982).

Já no Distrito Federal, a Secretaria de Segurança Pública possui um programa de cadastramento de desordens urbanas como veículos abandonados e descarte inapropriado de entulho (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2019). Esses dados são disponibilizados como uma camada de um Sistema de Informação Geográfico (SIG) que também fornece camadas como os registros criminais e os dados oriundos de pesquisas de vitimização. Esse sistema está disponível para os analistas criminais das instituições que integram a pasta.

Inventários, Protocolos, Checklists e Ferramentas Correlatas

Uma outra forma de realizar observações não invasivas e reativas se dá por meio do emprego de ferramentas como inventários, protocolos e check lists. Essas ferramentas são utilizadas como guias para diversos fins, que vão desde a identificação de espécies utilizadas na arborização de vias públicas (GOMES; BARBOSA; QUIRINO, 2019) até a avaliação da caminhabilidade (*walkability*) em cidades de diferentes portes (SILVA *et al.*, 2017).

Na perspectiva da análise de ambientes públicos com vistas à prevenção criminal, um inventário pode trazer o levantamento minucioso dos comportamentos, dos itens materiais e das características existentes em um determinado local. Já o protocolo, estabelece os procedimentos necessários para a realização desse tipo de análise. Por sua vez, os *checklists* são empregados para se aferir se determinadas características físicas ou comportamentais esperadas para o local avaliado realmente se fazem presentes.

O emprego de inventários e instrumentos correlatos para avaliações socioambientais é amplamente praticado em pesquisas e intervenções sob o enfoque da CPTED. Na Suécia, um protocolo de atuação em trabalho de campo foi testado para a avaliação da segurança em espaços públicos (CECCATO, 2019). Já no curso *Safer By Design*, oferecido pela Polícia de Nova Gales do Sul, após passarem por aulas teóricas e simulações em sala de aula com o uso de um inventário CPTED, os participantes são divididos em grupos para realizar avaliações de ambientes reais (FISHER; CLANCEY; RUTHERFORD, 2016). O modelo aplicado pela polícia australiana se assemelha a experiências de departamentos de polícia e de outras estruturas governamentais ao redor do mundo, a exemplo do programa britânico *Secured by Design* (SBD) (ARMITAGE; MONCHUK, 2011) e de diversas ações de prevenção criminal na América Latina (RAU *et al.*, 2018). Em geral, essas iniciativas utilizam ferramentas como inventários e protocolos baseados na CPTED para avaliações e treinamentos.

Considerações Finais

A literatura de prevenção criminal baseada em evidências tem mostrado ao longo dos anos que a prevenção situacional do crime é menos custosa e mais efetiva quando realizada por meio da redução das oportunidades para as ações dos criminosos. Isso pode ser alcançado pelo fomento de comportamentos seguros por parte de potenciais vítimas e por alterações, muitas vezes de baixo custo,

nos ambientes físicos (WEISBURD *et al.*, 2017).

Espera-se que o conteúdo produzido neste estudo possa contribuir para o avanço da doutrina da prevenção situacional do crime no Brasil, incorporando instrumentos que usualmente não compõem o repertório de recursos utilizados pelas agências com encargo de segurança pública no país. Igualmente, espera-se que o presente trabalho contribua efetivamente com ações de enfrentamento da mancha criminal para além das medidas tradicionais voltadas apenas para o controle e a dissuasão do intento dos criminosos.

Finalmente, saliente-se que este trabalho não visou compor uma lista exaustiva com todas as alternativas metodológicas possíveis no campo das pesquisas pessoa-ambiente aplicáveis à prevenção criminal. Entretanto, os recursos descritos certamente podem contribuir para as ações de planejamento operacional das polícias militares e de outras instituições, organizações e agências com vistas à mitigação de problemas no ambiente que possam gerar medo do crime e oportunidades para comportamentos criminosos.

Contribuição dos autores

Todos os autores contribuíram de forma igual na problematização, conceitualização, metodologia, coleta de dados, análise de dados, redação e revisão final do manuscrito.

Referências Bibliográficas

ARMITAGE, R.; MONCHUK, L. Sustaining the crime reduction impact of designing out crime: Re-evaluating the Secured by Design scheme 10 years on. **Security Journal**, v. 24, n. 4, p. 320–343, 1 out. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1057/sj.2010.6>.

ARMITAGE, R.; MONCHUK, L. **What Is CPTED? Reconnecting Theory with Application in the Words of Users and Abusers** *Policing: A Journal of Policy and Practice*, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1093/police/pax004>.

BARCELLOS, C.; BUZAI, G. D.; HANDSCHUMACHER, P. Geografia e saúde: o que está em jogo? História, temas e desafios. **Confins**, n. 37, 24 set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.14954>.

BATISTA, E. C.; MATOS, L. A. L. DE; NASCIMENTO, A. B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 11, n. 3, p. 23–38, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331008193_a_entrevista_como_tecnica_de_investigacao_na_pesquisa_qualitativa. Acesso em 09 ago. 2022.

BRANTINGHAM, P. J.; FAUST, F. L. A Conceptual Model of Crime Prevention. **Crime &**

Delinquency, v. 22, n. 3, p. 284–296, 1 jul. 1976. DOI: <https://doi.org/10.1177/001112877602200302>.

BRANTINGHAM, P. L.; BRANTINGHAM, P. J. Nodes, paths and edges: Considerations on the complexity of crime and the physical environment. **Journal of Environmental Psychology**, v. 13, n. 1, p. 3–28, 1993. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0272-4944\(05\)80212-9](https://doi.org/10.1016/S0272-4944(05)80212-9).

BRINKMANN, S.; KVALE, S. **Interviews: Learning the craft of qualitative research interviewing**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2015.

CAMARGOS, M. A.; OLIVER, F. C. Uma experiência de uso do georreferenciamento e do mapeamento no processo de territorialização na Atenção Primária à Saúde. **Saúde em Debate**, v. 43, n. 123, p. 1259–1269, 9 mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912321>.

CANO, D. S.; SAMPAIO, I. T. A. O método de observação na psicologia: considerações sobre a produção científica. **Interação em psicologia**, v. 11, n. 2, 31 dez. 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v11i2.6849>.

CECCATO, V. Fieldwork protocol as a safety inventory tool in public places. **Criminal Justice Studies**, v. 32, n. 2, p. 165–188, 3 abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/09589236.2019.1601367>.

CECCATO, V. The architecture of crime and fear of crime: Research evidence on lighting, CCTV and CPTED features. In: CECCATO, V.; NALLA, M. K. (Eds.). **Crime and Fear in Public Places: Towards Safe, Inclusive and Sustainable Cities**. London: Routledge, 2020. p. 38–71. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/oa-edit/10.4324/9780429352775-4/architecture-crime-fear-crime-vania-ceccato>. Acesso 09 de ago. 2022.

CLARKE, P. *et al.* Using Google Earth to conduct a neighborhood audit: reliability of a virtual audit instrument. **Health & place**, v. 16, n. 6, p. 1224–1229, nov. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2010.08.007>.

CLARKE, R. V. Opportunity makes the thief. Really? And so what? **Crime Science**, v. 1, n. 3, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1186/2193-7680-1-3>.

CLARKE, R. V.; FELSON, M. **Routine Activity and Rational Choice**. New Brunswick (NJ), Transaction Publishers, 1993.

COHEN, L. E.; FELSON, M. Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach. **American sociological review**, v. 44, n. 4, p. 588–608, 1979. DOI: <https://doi.org/10.2307/2094589>.

DARÉ, A. C. As relações terapêuticas da iluminação. O conforto luminoso através da fibra óptica. **Convergências: Revista de Investigação e Ensino das Artes**, v. 13, p. 1–10, 2020. DOI: <https://doi.org/10.53681/c1514225187514391s.25.107>.

ELALI, G. A. Uma contribuição da psicologia ambiental à discussão de aspectos comportamentais da avaliação pós-ocupação. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, n. 20, p. 158–169, 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317->

2762.v0i20p158-169.

EVANS, J.; JONES, P. The walking interview: Methodology, mobility and place. **Applied geography**, v. 31, n. 2, p. 849–858, 1 abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2010.09.005>.

FERRO, A. L. **Os Direitos Humanos como Limites das Operações de Inteligência de Segurança Pública**. Brasília: Ultima Ratio, 2021.

FISHER, D.; CLANCEY, G.; RUTHERFORD, A. Policing built environment crime risks: the role of police in CPTED in New South Wales, Australia. **Police practice & research: an international journal**, v. 17, n. 5, p. 477–488, 2 set. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/15614263.2015.1091737>.

FOSTER, S.; GILES-CORTI, B.; KNUIMAN, M. Neighbourhood design and fear of crime: A social-ecological examination of the correlates of residents' fear in new suburban housing developments. **Health & Place**, v. 16, n. 6, p. 1156–1165, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2010.07.007>.

GIBSON, V.; JOHNSON, D. CPTED, but not as we know it: Investigating the conflict of frameworks and terminology in crime prevention through environmental design. **Security Journal**, v. 29, n. 2, p. 256–275, 1 abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1057/sj.2013.19>.

GIFFORD, R. Environmental psychology matters. **Annual Review of Psychology**, v. 65, p. 541–579, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010213-115048>.

GOMES, S. E. M.; BARBOSA, M. R. V.; QUIRINO, Z. G. M. Inventário Arbóreo das vias públicas do Centro de João Pessoa, Paraíba. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 10, n. 1, p. 351–362, 2019. DOI: <https://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2019.001.0029>.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Secretaria de Segurança Pública apresenta nova ferramenta de gestão para administradores**. Disponível em: <https://www.sobradinho.df.gov.br/2019/04/12/secretaria-de-seguranca-publica-apresenta-nova-ferramenta-de-gestao-para-administradores/>. Acesso em 30 dez. 2021.

GUBRIUM, J. F. *et al.* **The SAGE Handbook of Interview Research: The Complexity of the Craft**. Thousand Oaks: SAGE, 2012. DOI: <https://dx.doi.org/10.4135/9781452218403>.

GUNTHER, H. Como elaborar um questionário. In: PASQUALI, L. (Ed.). **Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração**. Brasília: LabPAM/IBAPP, 2003. p. 231–258. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/lapsam/Texto_11_-_Como_elaborar_um_questionario.pdf. Acesso em 09 ago. 2022.

GUNTHER, H.; ELALI, G.; PINHEIRO, J. A abordagem multimétodos em Estudos Pessoa-Ambiente: Características, definições e implicações. In: **Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 369–396.

HOLANDA, M. *et al.* **Tô de olho: sistema de informação geográfico com participação popular para mapeamento de desordem urbana**. In: 14th IBERIAN CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS AND TECHNOLOGIES (CISTI). Coimbra: IEEE, 2019. pp. 1-6. DOI: <https://doi.org/10.23919/CISTI.2019.8760923>.

- REID, J.; SCHIFFER, M. B.; RATHJE, W. L. Behavioral Archaeology: Four Strategies. **American Anthropologist**, v. 77, n. 4, p. 864–869, 1975. DOI: <https://doi.org/10.1525/aa.1975.77.4.02a00090>.
- JORGENSEN, L. J.; ELLIS, G. D.; RUDELL, E. Fear Perceptions in Public Parks: Interactions of Environmental Concealment, the Presence of People Recreating, and Gender. **Environment and behavior**, v. 45, n. 7, p. 803–820, 2013. DOI: <https://10.1177/0013916512446334>.
- MACDONALD, J. E.; GIFFORD, R. Territorial cues and defensible space theory: The burglar's point of view. **Journal of environmental psychology**, v. 9, n. 3, p. 193–205, 1 set. 1989. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0272-4944\(89\)80034-9](https://doi.org/10.1016/S0272-4944(89)80034-9).
- MACHI, L. A.; MCEVOY, B. T. **The Literature Review: Six Steps to Success**. Thousand Oaks: Corwin Press, 2021.
- MARSHALL, G. The purpose, design and administration of a questionnaire for data collection. **Radiography**, v. 11, n. 2, p. 131–136, 1 maio 2005. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.radi.2004.09.002>.
- MERRIAM, S. B.; TISDELL, E. J. **Qualitative Research: A Guide to Design and Implementation**. San Francisco, CA: Jossey Bass, 2015.
- MILLER, J. Impact of Situational Factors on Survey Measured Fear of Crime. **International journal of social research methodology**, v. 11, n. 4, p. 307–325, 1 out. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1080/13645570701606093>.
- MORAIS, T. N. *et al.* Nas trilhas da Psicologia Ambiental. **Revista Extensão em Ação**, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.32356/exta.v1.n1.3880>.
- NEWMAN, O. **Defensible space**. New York: Macmillan, 1972.
- PETRY, I. **Estrategias locais de prevención de violencia y promoción de la convivencia: la experiencia participativa de Montes de Oca**. San José, Costa Rica : ONU-Habitat, 2013. Disponível em: <https://catalogosiidca.csuca.org/Record/UCR.000616803>. Acesso em 09 ago. 2022.
- PIZA, E. L. *et al.* CCTV surveillance for crime prevention: A 40-year systematic review with meta-analysis. **Criminology & public policy**, v. 18, n. 1, p. 135–159, fev. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1111/1745-9133.12419>.
- POLÍCIA CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL. **Operação Parking é deflagrada no combate aos delitos de furto em veículo, receptação e organização criminosa**. Disponível em: <https://www.pc.rs.gov.br/operacao-parking-e-deflagrada>. Acesso em 10 mar. 2022.
- RAU, M., V. *et al.* Impact Evaluation of Situational Prevention Strategies and CPTED (Crime Prevention through Environmental Design) in Vulnerable Neighborhoods in Latin America. **Journal of Applied Security Research**, v. 13, n. 4, p. 437–454, 2 out. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/19361610.2018.1498254>.

RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: SciELO - EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/37t/pdf/ribeiro-9788523209322.pdf>. Acesso em 09 ago. 2022.

SENNA, I.; VASCONCELOS, A. M. N.; IGLESIAS, F. Public park and crime: environmental predictors of the perception of (in) security. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 14, n. 1, p. 1–22, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.36298/gerais202013e15241>.

SILVA, G. F.; BEATO FILHO, C. C. Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e do contato individual. **Opinião Pública**, v. 19, p. 118-153, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762013000100006>.

SILVA, B. F. A. ; BEATO FILHO, C. C. Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, p. S155–S170, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982013000400010>.

SILVA, C. M. *et al.* **A Cidade Convida para Caminhar? Um estudo sobre a percepção de caminhabilidade no Distrito Federal**. In: XXXI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA DE EM TRANSPORTE. ANPET, 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/55627099/cidade.pdf>. Acesso em 24 dez. 2021.

SILVA, C. M. **Você tem medo de quê? Percepção de insegurança na vizinhança**. Brasília: Universidade de Brasília, 17 dez. 2019. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38222>. Acesso em 09 ago. 2022.

TAYLOR, R. B. Crime Prevention through Environmental Design (CPTED): Yes, No, Maybe, Unknowable, and All of the Above. In: BECHTEL, R. B.; CHURCHMAN, A. (Eds.). **Handbook of Environmental Psychology**. New York: John Wiley & Sons, 2003. p. 413–426.

TAYLOR, R. B.; GOTTFREDSON, S. D.; BROWER, S. Block crime and fear: Defensible space, local social ties, and territorial functioning. **The Journal of research in crime and delinquency**, v. 21, n. 4, p. 303–331, 1984. DOI: <https://doi.org/10.1177/0022427884021004003>.

WEISBURD, D. *et al.* What Works in Crime Prevention and Rehabilitation: An Assessment of Systematic Reviews. **Criminology & public policy**, v. 16, n. 2, p. 415–449, 22 maio 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/1745-9133.12298>.

WEISBURD, D. L.; MCEWEN, T. **Introduction: Crime Mapping and Crime Prevention**. 12 jul. 2015. DOI: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2629850>.

WILSON, J. Q.; KELLING, G. L. Broken windows. **Atlantic Monthly**, v. 249, n. 3, p. 29–38, 1982. Disponível em <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/03/broken-windows/304465/>. Acesso em 09 ago. 2022.

Sobre os Autores

Isângelo Senna

Major da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). Doutorando e Mestre em Psicologia (Universidade de Brasília - UnB). Graduado no Curso de Formação de Oficiais da PMDF e em Direito (Universidade Católica de Brasília). Especialista em Segurança Pública e Cidadania (UnB), Segurança Pública e Direitos Humanos (Unieuro-DF), Gestão de Segurança Pública (ISCP/PMDF) e Gestão Estratégica em Segurança Pública (ISCP/PMDF).

Leandro Antunes

Tenente-Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Estudos sobre Violência (Unieuro-DF). Graduado no Curso de Formação de Oficiais da PMDF e em Direito (UniCEUB). Especialista em Segurança Pública e Defesa Civil (PMCE), Direito Público (Funcesi- MG/Instituto Processus) e Gestão Estratégica em Segurança Pública (ISCP/PMDF).

Fábio Iglesias

Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultural (Universidade de Brasília – UnB). Doutor (UnB) e Mestre (UFRJ) em Psicologia. Pós doutor pela University of Victoria (Canadá). Graduado em Gastronomia (Instituto de Educação Superior de Brasília) e em Psicologia (UFRJ).

Recebido: 18 abr. 2022

Aceito: 11 ago. 2022